

AO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL (SENAR-AR/MS)
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL)
ILUSTRÍSSIMA PREGOEIRA, SRA. GISELE ANDREA DA COSTA SEIXAS

PROCESSO Nº 080/2017
EDITAL Nº 028/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2017

SENAR
20171017012085
17/10/2017 16:28:41

NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI, empresa privada, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº **04.674.092/0001-46**, com sede na Rua Dr. Sebastião José Machado, nº 216, Vila Bandeirantes, em Campo Grande/MS, licitante devidamente **HABILITADA** e **VENCEDORA** do Pregão Presencial nº 034/2017, vem, respeitosamente, apresentar suas

CONTRARRAZÕES

ao recurso administrativo interposto por IDL NET EIRELI - EPP, com o objetivo de assegurar o cumprimento das disposições do REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - RLC do SENAR e garantir absoluta legalidade ao ato da eminente Comissão Permanente de Licitação.

I. TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cabe mencionar que essa manifestação foi motivada por Recurso Administrativo interposto pela empresa IDL NET, impondo à licitante **VENCEDORA, Netware Telecomunicações e Informática Eireli**, a apresentação das contrarrazões que expõe equívocos na argumentação ora apresentada pelo recorrente. O presente instrumento é apresentado na forma e prazo regularmente previstos no parágrafo 3º do Artigo 22º do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAR:

“§ 3º O licitante que tiver a sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele se manifestar no mesmo prazo recursal, que correrá da comunicação da interposição do recurso, salvo no caso de pregão eletrônico, que começará a fluir, automaticamente, do fim do prazo recursal.” (Grifamos)

Mencionamos também o item 13.2 do edital de Pregão Presencial nº 034/2017:

“13.2. A licitante que puder vir a ter a sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele se manifestar no mesmo prazo recursal de 02 (dois) dias úteis, que correrá da comunicação da interposição do recurso, conforme disposto no § 3º art. 22, do RCL do SENAR.” (Grifamos)

Comprova-se, portanto, a tempestividade desta manifestação.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A licitação é o instrumento utilizado para selecionar a proposta mais vantajosa para o SENAR-AR/MS e deve garantir a todos os interessados o atendimento ao artigo 2º do RCL do SENAR:

“Art. 2º A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para o SENAR e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos, inadmitindo-se critérios que frustrem seu caráter competitivo.” (Grifamos)

Desta forma, ao identificar argumentos que podem restringir o caráter competitivo da licitação, ferindo nitidamente o Regulamento de Licitações e Contratos do SENAR, bem como o edital em questão, faz-se necessário a apresentação de contrarrazões.

A recorrente IDL NET insurge-se contra a incontestável decisão da distinta Comissão Permanente de Licitação em função da habilitação da recorrida, mais especificamente, com relação a sua capacidade técnica, alegando em tese que:

“A NETWARE apresentou declaração de capacidade técnica que não condiz com a realidade, alega ainda que a mesma não possui AS-Autonomous Systems, que entregará IP público de outras operadoras que não a dela e que também é incapaz de ser última milha.”

Pois bem. Impende ressaltar que o Egrégio Tribunal de Contas da União ao apreciar o Processo nº TC 009.987/94-0, abordando objetivamente o tema, com proficiência firmou entendimento de que os atestados são necessários apenas para comprovar a capacidade do licitante em executar os serviços esperados, conferindo confiança ao contratante:

“(…) O que se quer garantir é a segurança jurídica dos contratos firmados(…)”

Ora, se o intuito do Atestado de Capacidade técnica é, tão somente, comprovar a experiência da licitante, garantindo o atendimento das expectativas do SENAR-AR/MS e a devida execução dos serviços, os atestados apresentados podem ser compatíveis e similares ao objeto do edital.

Logo, no tocante à qualificação técnica, apenas podem ser exigidos os documentos fixados no artigo 30 da Lei nº 8.666/93, “in verbis”:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; (Grifamos)

(...)

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

(...)

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. (Grifamos)

(...)

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.” (Grifamos)

Citamos ainda o artigo nº 12 do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAR:

“Art. 12. Para a habilitação nas licitações poderá, observado o disposto no parágrafo único, ser exigida dos interessados, no

todo ou em parte, conforme se estabelecer no instrumento convocatório, documentação relativa a: (Grifamos)

(...)

II- qualificação técnica:

(...)

b) documentos comprobatórios de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;” (Grifamos)

Seguindo o ordenamento legal, assim define o item 7.5.1.1 do edital:

“7.5.1.1. O atestado deverá ser fornecido em papel timbrado de cliente da licitante proponente, no qual expressamente constará o detalhamento e o período da prestação dos serviços anteriormente realizados, data de emissão do atestado, assinatura e identificação do signatário (nome, cargo e função que exerce junto à licitante emitente).” (Grifamos)

O objeto desejado se resume a contratação de:

- 1) Contratação de serviços acesso secundário (link) dedicado de internet para atender o SENAR-AR/MS.

Portanto, se a licitante apresentar atestados de capacidade técnica de serviços similares e (ou) compatíveis com o objeto do certame, seguramente lhe é comprovada a capacidade para desenvolver os serviços esperados, assegurando ao SENAR-AR/MS a segurança jurídica do contrato e a efetiva realização dos serviços. Objetiva o legislador preservar o interesse público, de modo que as obras e serviços públicos sejam implementados de forma satisfatória. (Grifamos)

Todavia, as exigências de qualificação técnica devem guardar consonância com o objeto licitado. Não é necessário prova de experiência anterior em obra idêntica àquela objeto da licitação, mas apenas em uma semelhante. (Grifamos)

Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12 ed., Dialética, 2008, assim se expressa:

“Vale insistir acerca da inconstitucionalidade de exigências excessivas, no tocante à qualificação técnica. (...) Essa competência discricionária não pode ser utilizada para frustrar a

vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso de licitantes, tal como já exposto acima. A administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar. Vale dizer, sequer se autoriza a exigência de objeto idêntico.” (Grifamos)

Ainda, no ensinamento de Dora Maria de Oliveira Ramos, in Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos, 4ª Ed, Malheiros:

“Não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame. Assim, se a fixação de quantitativos em parâmetros de tal forma elevados reduzir drasticamente o universo de licitantes, dirigindo a licitação a um único participante ou a um universo extremamente reduzido deles, ilegal será a exigência, por violação ao art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/93.” (Grifamos)

A Netware tem como valor intrínseco em sua atuação, absoluta transparência e profissionalismo. Em cada serviço é assegurado o fiel cumprimento dos contratos e sua devida comprovação por meio da solicitação de atestados de capacidade técnica aos contratantes. Esses atestados são solicitados ao término de cada serviço com o objetivo de garantir que os serviços foram realizados a contento e para comprovar a experiência da empresa em processos futuros. Os atestados não são obtidos apenas para um certame específico, com o fim de cumprir meras formalidades que possam omitir o verdadeiro intuito da comprovação, sob o falso argumento de que os atestados “não contemplam o objeto do certame.”

Desta forma, foram apresentados três atestados de capacidade técnica, a saber:

1) MULTILAB LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA:

- a. 1 (um) link de dados simétrico com velocidade de 50 (cinquenta) Megabits por segundo (Mbps);
- b. Interligação da Matriz com outros 9 (nove) postos;

2) PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA:

- a. 1 (um) link de dados simétrico com velocidade inicial de 10 (dez) Megabits por segundo (Mbps); e

3) DIIMAGEM – CENTRO DE DIAGNÓSTICO INTEGRADO POR IMAGEM:

- a. 1 (um) link de dados simétrico via fibra óptica, com velocidade de 70 (cinquenta) Megabits por segundo (Mbps);



- b. 1 (um) link de dados simétrico via rádio, com velocidade de 70 (cinquenta) Megabits por segundo (Mbps);
- c. Interligação da Matriz com outros 2 (dois) postos;

No caso, os atestados de capacidade técnica apresentados demonstram que as atividades já desenvolvidas pela Recorrida são pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, conforme os termos da legislação e do próprio edital.

Estes atestados comprovam que os serviços prestados – os quais são pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação – **“foram cumpridos satisfatoriamente e foram cumpridos os prazos de execução, e a qualidade dos serviços, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente,** sobretudo no que diz respeito aos “ACORDOS DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA).” (Grifamos)

A recorrente, em seu Recurso Administrativo, alega que os atestados de capacidade técnica apresentados pela Netware não estão “revestidos de boa-fé” e faz citações sem fonte ou qualquer outro instrumento que assegure a credibilidade do que é apresentado.

A Netware atua a mais de 15 anos no ramo de telecomunicações, **possuindo em seu cadastro no CNPJ o registro de que sua atividade principal é a de “Provedores de acesso às redes de comunicações”, CNAE nº 61.90-6-01.**

Possuímos rede de fibra óptica própria, abrangendo a área central de Campo Grande, inclusive os endereços das unidades que se pretende interligar, sem a necessidade de ampliação do Backbone. Possuímos contratos vigentes com diversos clientes, **cujo objeto é a prestação de serviços semelhantes ao objeto que se pretende adquirir,** aos quais já fornecemos os serviços de intranet/internet através da rede de fibra óptica, em protocolos TCP-IP/MPLS, **que podem ser comprovados através da realização de diligências, conforme previsto no item 20.2 do edital,** abaixo reproduzido:

“20.2. A CPL poderá solicitar, a seu critério, esclarecimentos e informações complementares ou efetuar diligências, caso julgue necessário, visando melhor desempenhar suas funções institucionais, desde que disso não decorra a posterior inclusão de documentos que deveriam constar originariamente dos envelopes entregues pelas licitantes.” (Grifamos)

Com relação ao item 7.5.1.5, a recorrente interpreta as exigências do edital a luz de seu próprio interesse. Vejamos o que diz o item, “ex vi”:

“7.5.1.5. Atestado que comprove que o backbone oferecido pelo licitante, em operação, possui canais próprios e dedicados, interligando-o diretamente a pelo menos 02 (dois) outros sistemas autônomos (AS-Autonomous Systems) nacionais, cuja soma das bandas de passagem de cada um desses sistemas autônomos seja de no mínimo 155 (cento e cinquenta e cinco) MBit/s.” (Grifamos)

A Recorrente se utiliza aleatoriamente de alguns itens do Edital e do Termo de Referência na tentativa descabida de distorcer a exigência contida no item 7.5.1.5 do Edital, alegando que o mesmo exige que as licitantes possuam AS-Autonomous Systems.

Contudo, em nenhum momento o SENAR-AR/MS exige que as licitantes possuam AS-Autonomous Systems. O que se exige é que o “backbone oferecido pelo licitante, esteja interligado diretamente a pelo menos 02 (dois) sistemas autônomos (AS-Autonomous Systems) nacionais”. (Grifamos)

Neste sentido, a Recorrida apresentou juntamente com seus documentos de habilitação, uma declaração afirmando que o seu backbone esta interligando diretamente a 02 (dois) sistemas autônomos (AS-Autonomous Systems) nacionais – VIVO e OI, cuja soma das bandas de passagem de cada um desses sistemas autônomos é de no mínimo 155 (cento e cinquenta e cinco) MBit/s. (Grifamos)

A Recorrente alega ainda que a Recorrida não atende o item 4.6.4 do Termo de Referência, “*in verbis*”:

“4.6.4. 8 (Oito) Números de endereço de IP’s fixos válidos para acesso à internet”. (Grifamos)

Mais uma vez percebemos que a Recorrente tenta distorcer as exigências contidas no Edital e seus Anexos, acrescentando por sua própria conta, textos que não constam nos documentos referentes ao certame em comento.

Como já mencionado, a Netware é uma empresa séria que zela pelo fiel cumprimento dos seus contratos e que, nos clientes cujos atestados foram apresentados para habilitação técnica, existe a entrega de Números de endereço de IP’s fixos válidos para acesso à internet, conforme exigido no item “4.6.8 do Termo de Referência”.



Última milha nada mais é do que o acesso do usuário final a rede da operadora. O serviço de internet última milha tem como objetivo levar conectividade a locais remotos, de difícil acesso e que não possuem infraestrutura para conexão com redes. No Brasil, como na maior parte do mundo, o acesso típico do usuário local à internet é feito através da rede telefônica. Quando é necessário acessibilidade em locais que não apresentam infraestrutura para levar links de dados é solicitado o serviço de última milha, onde uma provedora direciona seu link para levar conexão de qualidade a locais distantes e de difícil acesso, possibilitando os usuários terem acesso a funcionalidades básicas como enviar e receber e-mails, fazer download de relatórios, entre outros.

As argumentações da Recorrente são oportunas somente aos seus próprios interesses e devem ser ao todo desconsideradas

Destarte, preenchidos os requisitos de qualificação técnica da Recorrida. Diante disso, o pedido de inabilitação é totalmente improcedente.

O presente instrumento de contrarrazões evidencia que os atestados de capacidade técnica, apresentados para efeito de habilitação, **comprovam não somente o cumprimento dos requisitos mínimos de qualificação para execução do objeto, mas também a efetiva experiência da Recorrida para entregar os serviços contratados e, efetivamente atendem ao artigo 12º, Inciso II, alínea b do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAR:**

“documentos comprobatórios de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação”

As normas editalícias são, incontestavelmente explícitas em relação a discricionariedade da eminente Comissão Permanente de Licitação. Vejamos o item 10.5 do edital:

“10.5. A CPL poderá, visando o interesse do SENAR-AR/MS em manter o caráter competitivo desta licitação, aceitar simples omissões irrelevantes (erros formais), para o fiel entendimento da proposta/documentação que não caracterizam motivos de desclassificação/inabilitação e que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, causem prejuízo ao SENAR-AR/MS ou lesem direitos das demais licitantes.”

A argumentação da Recorrente é mais uma vez oportuna somente aos seus próprios interesses e deve ser ao todo desconsiderada.




III. CONCLUSÃO

Diante dos fatos e fundamentos jurídicos apresentados em comum acordo com o Edital de Licitação, com a Legislação Vigente e suas alterações, e com as demais normas que dispõem sobre a matéria, a empresa Recorrente, passa a requerer:

- a) O indeferimento em sua totalidade do Recurso Administrativo interposto pela empresa IDL NET EIRELI - EPP, por não possuir embasamento plausível de apreciação.
- b) O deferimento em sua totalidade das Contrarrazões apresentadas pela empresa NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI, para que a mesma seja declarada Adjudicada e Homologada no certame licitatório, garantindo assim os seus reais direitos adquiridos, prosseguindo com a fase cursiva da licitação para contratação.
- c) A devida aplicação do Princípio da Economicidade em conjunto com os Princípios da Probidade Administrativa, da Legalidade, do Julgamento Objetivo e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Termos em que, pede deferimento.

Campo Grande – MS, 17 de outubro de 2017.



NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI
PP. EMERSON DOMINGUES DE OLIVEIRA
Responsável ou Representante Legal
Diretor
RG: nº 448.250 SSP/MS
CPF: nº 489. 810.101-10

04.674.092/0001-46
NETWARE TELECOMUNICAÇÕES
E INFORMÁTICA EIRELI
Rua Doutor Sebastião José Machado Nº 216
Vila Bandeirantes CEP: 79006-470
CAMPO GRANDE - MS